

Recensión:

Costa, J. y Couvaneiro, J. (2019). *Conhecimentos vs competências. Uma dicotomia disparatada na educação.*

Editora Guerra & Paz. 172 páginas. ISBN:

9789897024948

Hélia Bracons *

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal

O livro "Conhecimentos vs Competências. Uma Dicotomia Disparatada na Educação" é dirigido a todos os professores, educadores e cidadãos que se interessam por esta área. A obra tem como propósito debater e refletir sobre a dicotomia entre conhecimentos e competências que persiste, ainda, nas práticas e discursos educativos, dando alguns exemplos concretos de práticas reais de escolas, em Portugal. O livro aborda, também, as temáticas da cidadania, inclusão e desenvolvimento solidário das comunidades.

João Costa e João Couvaneiro são professores universitários com uma larga experiência e autores de um vasto conjunto de trabalhos no âmbito da Educação. O livro está estruturado em onze capítulos, iniciando-se com um prefácio de António Sampaio da Nóvoa, Embaixador na UNESCO, onde retrata a relevância da discussão em torno destes dois conceitos fundamentais que necessitam de compreensão, bem como reforça o poder da Educação enquanto processo de transmissão de conhecimentos, competências, cidadania, participação, humanismo e justiça social.

Na introdução, os autores contextualizam o trabalho apresentado de forma sucinta, o seu propósito, o compromisso e sentido de dever em desmistificar e desmascarar algumas manifestações que perduram nas práticas e nos discursos educativos sobre a dicotomia entre conhecimentos e competências, estando cientes que com o diálogo e o saber constroem-se pontes para um entendimento comum.

No primeiro capítulo, "O aluno sem conhecimentos", parte da ilação que habitualmente ouvimos dizer "o que verdadeiramente importa é o conhecimento ou, os alunos devem ter conhecimentos para serem competente" (p. 21). Os autores defendem que não há competência sem conhecimento sendo este a base sobre a qual tudo se constrói. É valorizado o papel do professor enquanto transmissor de conhecimentos, sendo este um instrumento fundamental no combate às desigualdades. Como aludem, "hoje, como sempre, a justiça, os direitos sociais, a participação e a democracia dependem do conhecimento, e a escola continua a ser o seu principal alicerce" (p. 35).

O segundo, "O aluno sem competências", lista alguns exemplos que mostram que é possível pensar o conhecimento como um valor absoluto. O aluno sem conhecimento não

*Contacto: helia.bracons@ulusofona.pt

pode ser competente e o aluno que sabe, mas que não sabe fazer nada com esse saber, está diminuído no seu potencial. Os autores reforçam que o saber é bom e que vale por si, mas usar o que sabemos é ainda melhor. Reiteram que a rejeição do conceito de competência é uma ameaça ao conhecimento e que “é na discussão concreta da dicotomia entre conhecimento e competência e na apresentação de estratégias específicas de desenvolvimento curricular que estas ideias preconcebidas podem ser desmontadas” (p.50).

O “Horror ao conhecimento”, é abordado no terceiro capítulo. É reforçado que o desenvolvimento de competências exige mais conhecimento e valoriza mais o saber, e que o caminho a percorrer, trabalhando conhecimentos e competências de forma independente, é mais difícil e mais exigente. Referem que “o horror ao conhecimento só será um argumento válido se o trabalho sobre estas áreas for feito sem interação com os conteúdos” (p.53). São tratados os seguintes temas: as competências são a manifestação do horror ao conhecimento, um currículo que valoriza competências é facilitista? e o currículo não facilitista e o desenvolvimento de competências. Os autores deixam algumas questões no ar, destacando o papel da inclusão e a preocupação de garantir que todos aprendam, tendo presente esta alegada dicotomia entre conhecimento e competência.

O capítulo quarto “A falsa dicotomia”, pretende clarificar e discutir questões que valem a pena refletir: a relação entre conhecimento e competência deverá ser independente? De que precisam os alunos? Os alunos precisam de ambas as dimensões, alegando que a missão fundamental dos sistemas educativos é a garantia da justiça social. Os autores reforçam que “a falta de conhecimento, a ignorância, é geradora de desigualdade” (p.63). Mas igualmente, a falta de competência, para usar o conhecimento, também é geradora de desigualdade aludindo que o conhecimento articulado com competências permite uma abordagem mais rica e mais interessante.

A “Memória e o saber” são abordadas no quinto capítulo. Começa-se por referir que o papel da memória no processo de aprendizagem levanta várias questões, alegando que o ensino centrado na memorização de factos, produz alunos que esquecem rapidamente do que supostamente aprenderam. Os autores pretendem demonstrar que não há qualquer menorização do papel da memória, defendendo a sua relevância, em vários contextos, para uma boa aprendizagem. Referem que a memória é uma condição necessária para o saber, mas que não é suficiente e que “a aprendizagem não sobrevive sem memória, essa capacidade que, através do trabalho sobre competências, possibilita que os conhecimentos não desapareçam” (p.85). A diferença entre decorar e saber; da indispensabilidade da memorização; o que esquecemos e o que fica; da utilidade da memória mesmo quando esquecemos e o papel da avaliação, são dimensões analisadas neste capítulo.

O sexto, “Sem competências, não há inclusão”, começa por reforçar que um dos principais desafios que se apresentam aos sistemas educativos é a equidade, alegando que é necessário desenhar, pensar e prever um currículo que chegue a todos os alunos, garantindo assim a justiça social e a igualdade. É discutido o papel relevante do desenvolvimento de competências como instrumento fundamental para a inclusão e garantia de que todos os alunos adquiram os conhecimentos envolvidos em cada disciplina e também adquiram outras competências igualmente fundamentais para todo o processo de aprendizagem. O debate estrutura-se em cinco grandes eixos de análise e reflexão: a dimensão motivacional; o papel do desenvolvimento das competências de autonomia; a relevância das competências emocionais; o relacionamento interpessoal enquanto instrumento de

inclusão e a resolução de problemas como instrumento para desenvolver a capacidade de aprender.

A “Inclusão como aprendizagem e não como pista ao lado”, é explanada no sétimo capítulo. Os autores começam por referir que a palavra inclusão assume conceções muito diferentes em contextos diversificados e mesmo em diferentes estádios de desenvolvimento das políticas e práticas de educação inclusiva. É mencionado que apesar do bom caminho na área da inclusão, continua a existir focos de exclusão e de segregação preocupantes. Muitas inquietações são levantadas e enfatizam o papel fundamental do desenvolvimento de competências enquanto instrumento para a inclusão. A aposta é num modelo de organização social e educativo em que ninguém fique de lado, garantindo que a inclusão exista verdadeiramente.

No oitavo, “Aulas em que conhecimentos e competências andam de mãos dadas: língua materna, ciências, história, artes e educação física”, são apresentados alguns exemplos, em áreas distintas, para perceber como os conhecimentos e as competências podem ser reconciliados em situações concretas de sala de aula, que conduzem a aprendizagens integradas e mobilizadoras. Os autores reforçam que pensar as diferentes disciplinas nesta aliança entre conhecimentos e competências é uma forma de potenciar uma maior inter-relação entre áreas do currículo, salientando que se pode aprender mais e melhor.

O capítulo, “Avaliar para além da memória”, trata da avaliação enquanto dimensão central na discussão de matérias curriculares. É referido que o que está em causa é entender para que se avalia e qual é a função da avaliação, sendo esta uma questão transversal a todas as áreas “de planeamento e intervenção em que se recorre a técnicas de avaliação, mas na educação aprofunda-se e ganha significados especiais, quando se assume que não se avalia apenas no final do percurso para perceber o que corre bem ou mal, mas sim para que o próprio processo avaliativo faça parte da forma de aprender” (p.129). Com alguns exemplos, resultantes de práticas partilhadas por escolas e professores, mostram que a avaliação de competências é objetiva e que não sacrifica a avaliação de conhecimentos. Avaliar a resolução de problemas e o pensamento crítico; avaliar o pensamento crítico; avaliar a autonomia e o desenvolvimento pessoal; avaliar o relacionamento interpessoal; a importância de diversificar e a importância de comunicar são os pontos discutidos neste capítulo, reforçando que a avaliação é uma ferramenta para se aprender mais e melhor, não apenas na sua função reguladora, mas indispensável no trabalho de complementaridade entre conhecimentos e competências.

No décimo capítulo, “A cidadania com conhecimento e competência”, os autores indicam que regularmente, nas escolas, são apresentados e debatidos temas, como a violência, as desigualdades entre homens e mulheres, os problemas ambientais, a saúde, a intolerância religiosa, o défice de participação democrática, entre outros, que nos interpelam, que nos fazem pensar e sobretudo agir. Contudo, quando a componente de cidadania é introduzida nos currículos, surgem *vozes* que defendem que não é função da escola. Os autores defendem que o desenvolvimento de conhecimentos e competências na cidadania, no currículo, é fundamental para uma melhor compreensão dos contextos e das realidades em presença. O debate em torno da cidadania e a escola como ambiente de cidadania é refletido neste ponto tendo como mote que “a cidadania não se esgota nos muros da escola. É, na verdade, a forma de a escola trazer a realidade lá para dentro e de fazer dos alunos parte integrante, consciente e ativa do que se passa para lá dos muros” (p.155).

A “Educação formal no contexto da comunidade”, encerra o livro debruçando-se sobre o papel da comunidade no debate sobre a alegada dicotomia entre conhecimentos e competências. São exploradas algumas potencialidades da relação entre a educação formal e a comunidade, destacando a forma como se constitui instrumento para uma melhor aprendizagem, mostrando a constante interdependência entre conhecimentos e competências. Temas como, a contextualização e a interação da comunidade com o currículo; a comunidade que inclui e conhecimentos e competências com a comunidade, são elucidadas e refletidas em torno da construção de um ambiente positivo, tendo como preocupação, a cooperação e o envolvimento assente num trabalho contextualizado, onde os conhecimentos e as competências tenham lugar.

Em jeito de síntese, os autores apontam sete pontos-chave para reflexão sobre o desenvolvimento da complementaridade e indissociabilidade de conhecimentos e competências, abordando os seguintes temas: não existem alunos sem conhecimentos e sem competências; sem memória não há conhecimentos nem competências; se não promove a inclusão, não é educação; competências e conhecimentos são indissociáveis; é possível avaliar conhecimentos e competências; a abertura ao contexto e à comunidade reforçam o desenvolvimentos de conhecimentos e competências e não há cidadania nem democracia sem conhecimentos e competências. Reforçam a premissa de que sendo um tema tão central na Educação, importa conhecer, mas importa também saber fazer.

É um livro de diálogo fácil e acessível, que aponta muitos exemplos e levanta novas questões em torno desta temática, que vale a pena ser lido por professores e educadores pois permite abordar dois conceitos relevantes na área da Educação, interliga-los e avaliá-los, proporcionando uma reflexão crítica face aos desafios sentidos e vividos pelos mesmos nos mais diversificados contextos, que se preocupam e trabalham em *prol* de uma educação mais inclusiva, justa e democrática.